

“Re(a)presentando” as faces de uma palavra:
breve estudo sobre o conceito “representação”
*Re-presenting the faces of a word: brief study about
the concept or representation*

Edileusa Santos OLIVEIRA¹

Ana Palmira Bittencourt Santos CASIMIRO²

RESUMO. Este texto apresenta um estudo do conceito “representação”, que foi historicizado, a fim de compreender, não o momento em que ele foi cunhado, mas o seu percurso nas obras de alguns autores que escreveram sobre conhecimento e/ou memória, enquanto possibilidades de reconstrução do passado, a partir da perspectiva do Positivismo, do Materialismo-dialético e da Nova História Cultural, entre os séculos XIX e XX. O propósito é conhecer os níveis, os significados e as dimensões de saber que foram representadas por ele.

PALAVRAS-CHAVE: Representação. Memória. Conhecimento.

Valendo-se das permissões e possibilidades servidas pela linguagem escrita, no sentido de significar e ressignificar as palavras, o termo “representação” é usado para descrever muitos fenômenos artísticos, culturais, psíquicos, sociais, históricos... Algumas vezes apresentada no corpo de terminologias diferentes, a ideia geral sugerida pela semântica da palavra “representação” comparece nos textos poéticos e filosóficos, nos estudos e teorias de muitos autores clássicos e contemporâneos. Em especial, naqueles que se debruçam sobre a Psicologia, a Linguagem e as Ciências Sociais.

Enquanto termo que compõe elementos de determinadas opções teórico-metodológicas, no desenvolvimento de estudos e pesquisas científicas de fenômenos histórico-sociais, o conceito deve ser historicizado, interpretado hermeneuticamente, analisado em suas diversas nuances, a partir do olhar e do contexto em que foi usado pelos diferentes autores. Essa é a tarefa que este estudo se propõe.

¹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade, oferecido pela Universidade Estadual de Sudoeste da Bahia - UESB. leu_vc@yahoo.com.br

² Doutora em Educação, docente do Departamento de Filosofia e Ciências Humanas e do Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade, da Universidade Estadual de Sudoeste da Bahia - UESB. casimiro@uesb.com.br

Contudo, não se pretende encerrar ou concluir sua “trajetória metamórfica”, antes, intenciona-se apenas cooperar, delineando alguns dos seus trechos, através da abordagem das concepções de autores que fizeram uso do termo “representação” ou de vocábulos correlatos, em estudos sobre os temas conhecimento e memória. Porém, sendo tão vasta a produção e a pesquisa sobre os fenômenos envolvidos nesses temas, seria uma pretensão ingênua querer abarcar todos os seus autores num texto que, já de início, se apresenta como uma contribuição num debate que permanecerá em aberto.

Visto isso, deve-se delinear com mais precisão o alcance deste estudo: perceber o sentido que foi atribuído ao termo “representação”, tornado categoria teórica no pensamento científico ocidental, no campo das Ciências Sociais, entre os séculos XIX e XX. Deve-se, entretanto, ressaltar que, na análise da produção de determinados autores, serão feitas referências a estudos inseridos em outras vertentes teóricas ou outras áreas do conhecimento, como a psicossocial e a filosófica, anteriores ou posteriores ao marco temporal definido, mas que, de alguma maneira, dialogam com a proposta do movimento estudado.

O estudo será encaminhado a partir da produção de alguns autores que escreveram sobre conhecimento e/ou memória, enquanto possibilidades de reconstrução do passado. Ainda, aqueles que escreveram a partir da perspectiva do Positivismo, do Materialismo-dialético e da Nova História Cultural.

Ao se refletir a dimensão epistemológica da memória e sobre suas características enquanto fenômeno multimodal, chega-se a uma definição simples, à primeira vista, mas bastante significativa em suas implicações. A manifestação da memória seria selecionar, correlacionar e sintetizar imagens referidas a acontecimentos, sentimentos e sensações já ocorridas. Com base nos acontecimentos, sensações e sentimentos que são experimentados, pode-se elaborar imagens ou tornar essas experiências componentes da imaginação.

Assim, o ato de lembrar e de esquecer, que se refere à memória, envolve imagens por meio das quais se produzem *representações* do passado, “evocação presente de algo ausente”.³

Portanto, a memória se inscreve no conjunto de processos cognitivos e simbólicos, por ser uma atividade de conhecimento cujos objetos são os fatos do tempo passado, atividade que se realiza sobre as *representações* do passado, logo, uma atividade extrassensorial, psíquica. E concatena as suas práticas nas *representações* dos saberes: os monumentos, os documentos, os rituais e as celebrações, as performances e demais meios de expressão. Compreendido isto, é possível averiguar como algumas das principais posturas teórico-metodológicas, em disputa nos séculos XIX e XX, inseriram a noção de representação em seus debates acerca da memória e/ou do conhecimento.

³ Aula proferida pelo Professor Dr. Edson Faria, no Curso de Mestrado em Memória: Linguagem e Sociedade, oferecido pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia ? UESB, Vitória da Conquista, no dia 03/03/08.

Antes, porém, é pertinente perceber como a noção, ou o conceito, de “representações” compareceu nas teorias de três importantes filósofos iluministas, que também se preocuparam com as questões relacionadas ao conhecimento, ao entendimento, à sensação e à memória: John Locke (1631-1704), filósofo inglês cuja teoria do conhecimento era baseada na negação total do inatismo, defendendo que a mente só adquire ideias através da experiência; David Hume (1711-1776), filósofo empirista inglês, buscava estabelecer os objetos com os quais o nosso entendimento estava ou não apto a lidar; e Immanuel Kant (1724-1804), filósofo alemão considerado o último grande filósofo do início da era moderna, sem dúvida um dos seus pensadores mais influentes.

Embora herdeiro da concepção de John Locke, para quem o absoluto não é acessível ao entendimento humano, pois é incompatível com sensação – sendo então o entendimento um estado finito da substância, ou seja, representações ou ideias simples – David Hume, em sua explicação da memória, se afasta das explicações de Locke.

Em Locke (1978), sensação e memória são dois tipos de percepção da mente, com o mesmo conteúdo, diferindo apenas no fato de que, na memória, existe a ideia – o que é lembrado –, algo que já esteve antes na nossa mente e lhe inferiu marcas, sensações antigas. Tudo o que podemos conhecer são as percepções da mente.

Para David Hume (2001), a mente não é responsável por tornar uma percepção em representação de memória. A mente não pode criar memória simplesmente transformando um tipo de percepção em outro, ou então ela poderia criar falsas memórias. A crítica de Hume à teoria de Locke se refere à autonomia da mente de produzir percepções como representações da memória.

Para ambos, os elementos descritos como impressões do sentido, representações da memória e ideias da imaginação são percepções da mente. Todavia, Hume tenta marcar uma sutil diferença entre esses elementos, para que não se confundam: lembrar, pensar e perceber. A distinção proposta avalia os três elementos numa escala decrescente que ele denominou de vivacidade ou vividez. Quer dizer, as impressões possuem máxima vivacidade, a memória uma vivacidade mediana e a imaginação uma baixa vivacidade. Assim, a memória seria uma faculdade localizada entre a sensação e a imaginação.

Hume, no século XVIII, pensa a memória num contexto desfavorável, quando está relegada à subjetividade, graças ao princípio racionalista que predominava no pensamento e elaboração teórico-científica, no início da idade moderna, na Europa. Seu pensamento é notável, porque recobra a memória enquanto fonte do conhecimento.

Em Hume, a memória é uma faculdade da mente que relaciona, junto à imaginação e através de lembranças, as afecções e suas representações. Ou seja, as representações são “ideias” nascidas da experiência, que nos fazem chegar às “impressões”, as quais são copiadas pelas faculdades da memória e da imaginação.

O filósofo Immanuel Kant (1996) tem como preocupação clarear a razão como juiz do entendimento. No texto *A Crítica da Razão Pura*, a questão

fundamental é expor a relação de conformidade entre o objeto e a representação. Para ele, a representação significa a síntese da diversidade do que se apresenta. Logo, o conhecimento é, em Kant, a síntese de representações.

O autor aponta como dimensões do conhecimento a sensibilidade e o entendimento. Respectivamente, seria o acesso aos objetos e o pensar os objetos. São as representações que permitem que os objetos do conhecimento humano cheguem até nós. Assim, as representações antecedem as condições em que esses objetos são pensados, e devem estar contidas na sensibilidade. O fato do conhecimento são as representações *a priori*, as formas *a priori* da intuição (KANT, 1996).

O criticismo kantiano traz em si um duplo viés: a razão emancipada possibilita ampliação ao entendimento humano, pois confere inteligibilidade conceitual aos fenômenos; mas, em detrimento das mediações entre essências e aparências, graças à dualidade entre consciência e mundo inserida no método do conhecimento. Dessa forma, a categoria de representação será suspeita de inadequação com a coisa e, paralelamente, permanecem suprimidas as incongruências entre a representação e a coisa.

Feita essa análise, que pretendeu evidenciar que o conceito “representação” já povoava o pensamento filosófico anterior ao século XIX, segue-se a proposta deste estudo.

Começamos pelo Positivismo, termo inaugurado por Auguste Comte (1798 -1857), filósofo francês conhecido como “o Pai da Sociologia” e do Positivismo. No século XVIII, o autor usa esse termo para designar o pensamento segundo o qual é possível obter resultados claros, objetivos e corretos no estudo de questões relacionadas ao homem, por meio de sua cientifização.⁴ Os positivistas creem que o conhecimento se explica por si mesmo, necessitando apenas de um estudo metódico, capaz de recuperá-lo e demonstrá-lo.

Contudo, foi Émile Durkheim (1858-1917), considerado um dos pais da Sociologia Moderna, fundador da escola francesa de Sociologia, no século XIX, quem desenvolveu o Positivismo, de forma que essa corrente teórica se estendeu por todo o século XX. Ele explicou os fenômenos tendo por elemento básico o “fator social”. Com respeito à Sociologia, ele concebe que as leis penetram no mundo dos fatos sociais com significativa dificuldade⁵ (DURKHEIM, 1983).

Durkheim usou o método de análise de dados etnográficos, aplicado numa perspectiva sociológica, na sua obra sobre o suicídio. Esse procedimento foi

⁴ Comte (1983) lançou também o termo Sociologia e definiu-lhe um objeto - os fatos sociais; o método é a observação e a experimentação indireta - método comparativo. Os Positivistas acreditavam na neutralidade, isto é, na separação entre o pesquisador/autor e sua obra. Esta não mostraria as opiniões de seu autor, retrataria a realidade, a partir de seus fatos.

⁵ Uma das mais notáveis contribuições científicas da Sociologia durkheimiana, cujo mérito deve ser o tratamento dos fenômenos como coisa, foi a preocupação metodológica. Segundo Durkheim (1983), para que se possa ver, descrever e classificar a(s) realidade(s), é necessário um método apurado. O mesmo autor desenvolve sua teoria mediante a adoção dos conceitos básicos de coerção, solidariedade, autoridade, representações coletivas.

original, do ponto de vista metodológico, na medida em que o manejo de dados etnográficos permite a análise de representações coletivas, vistas como representações mentais ou simbólicas, também tidas como imagens da realidade empírica.

Em outros termos, Durkheim empreendeu os traços iniciais da Sociologia do Conhecimento. Sua originalidade consiste em compreender como os indivíduos percebem a realidade e elaboram sua concepção do mundo, ou seja, como representam a realidade. Segundo ele, não é apenas através das verbalizações, mas também pela forma que organizam a vida social, composta por mediações empíricas e ideológicas. O autor afirma que a sociedade existe antes da concepção do ser individual. A noção de organização social entre os homens sempre existiu, constituindo o que Durkheim (1994) chama de *consciência coletiva*, que é exatamente essa visão de um todo social.

A ideia *durkeimiana* de “forças coletivas” ou de “ideais” apenas atribui sentido às sociedades, ao se libertarem delas, para assumir em uma “outra natureza”, isto é, quando se reconhece que elas têm por causas outras representações coletivas, e não esta ou aquela característica da estrutura social (DURKHEIM, 1983). No seu pensamento, a organização central é a sociedade, possível de ser assimilada pelos fatos sociais. Dela provêm os efeitos coercitivos sobre indivíduos e grupos, como fenômenos de consciência coletiva, e suas manifestações concretas, que são as “representações coletivas” (uma forma de representação do mundo, ou mesmo, uma forma de concepção do mundo), a matéria da Sociologia.

Retomando o conceito de representações coletivas, proposto por Émile Durkheim, Serge Moscovici (2003), autor de importante obra para a Psicologia, para a História e para as Ciências Sociais, desenvolveu trabalhos onde apresenta sua teoria das representações sociais, que tem influenciado europeus e americanos. O autor desenvolve um aprimorado estudo sobre pensamento primitivo, senso comum e ciência. Práticas mentais e sociais que, segundo ele, são formas de representação. Nunca a realidade, e sim representações dela. Para ele, a dinâmica entre o indivíduo e a coletividade se dá em função das representações.

Moscovici, psicólogo social nascido na Romênia, em 1928, desde o final da década de 1950 preocupa-se com o tema das *representações sociais*, pois se debruçou sobre o poder das ideias de senso comum, ou seja, sobre como e por que as pessoas partilham o conhecimento e, desse modo, constituem sua realidade comum, de como elas transformam ideias em práticas. O autor usa um conceito psicossocial – *representação social* (representações são construções dos sujeitos, quando elaboram o conhecimento de forma compartilhada) –, categoria advinda do conceito de *representação coletiva* de Durkheim (representação surge como reprodução social, levando em conta somente os aspectos sociológicos do pensamento).

Porém, diferentemente de Durkheim, Moscovici quer encontrar nos atos psíquicos (individuais) origens sociais, e deseja compreender a construção social da realidade, unindo numa explicação dimensões cognitivas e sociais. Dessa

maneira, sugere uma continuidade entre representações individuais e coletivas.⁶ Ele defende a tese durkheimiana sobre a separação entre representações individuais e coletivas, mas aponta um problema nas singularidades, explicitando que as representações coletivas tratam de fenômenos gerais, ligados às práticas ou realidades que não são gerais.

A substituição do termo “coletivas” por “sociais” marca, assim, a original diferença estabelecida em relação a Durkheim. A base do argumento foi, de um lado, o estabelecimento das fraturas existentes nas “forças coletivas” e, de outro, a maneira pela qual essas fraturas impactam diversamente o cotidiano de grupos e indivíduos.

Para Moscovici, as representações nunca seriam de “outra natureza”: elas seriam da natureza mesma dos grupos sociais que as criam, e sua eficácia – tanto prática como simbólica – dependeria dessa inserção, a qual não poderia jamais ter um sentido universal. Com esse argumento, Moscovici acabou por demonstrar que as representações não derivam de uma única sociedade, ultrapassando-a, como insistiu Durkheim, mas das diversas sociedades que existem no interior da sociedade maior e, portanto, não podem ultrapassá-la.

Moscovici afirma que as representações individuais e coletivas podem guardar um sentido geral que ultrapassa a sociedade que as viu nascer, ainda que sejam localizáveis social e historicamente. Esse sentido atende pelo nome conceitual de *themata*.⁷

O conceito de *themata* é um desdobramento teórico-epistemológico do conceito de representações sociais. O autor inicia sua análise, afirmando que as representações sociais necessitam do referencial de um pensamento preexistente. A importância dessa discussão se evidencia, quando reconhecemos que estudos empíricos no campo da teoria das representações sociais exibem certa incapacidade de passar da micro à macrosociedade. O referido conceito retoma o debate em torno da “autonomia do universo ideológico”. As ideias (individuais ou coletivas) teriam como pressuposto “outras ideias” sociais. Ou seja, existência de temas gerais, que confirmam sentidos a toda pluralidade social. Nesse sentido, pouco importaria se as representações são coletivas ou sociais, pois todo o problema residiria em saber se elas revelam ou não a presença de *themata*.

Registradas essas contribuições, que demonstram uma movimentação, ou melhor, uma transformação do sentido de “representação” proposto por um sociólogo adepto da Escola Positivista, a partir da apropriação do termo por outra área da Ciência Social, segue-se a análise no campo do pensamento marxista.

⁶ Moscovici (2003) salienta que representar é um processo de produção de conhecimento que funciona sobre estruturas sociais e cognitivas locais (e populares), sendo, portanto, sociovariável.

⁷ A expressão *themata* é derivada do radical latino *thema*, cuja tradução mais literal é “o que está colocado ou o que é” (MOSCOVICI, 2003).

II

No pensamento marxista,⁸ o conceito de *ideologia*, como “representação da relação imaginária com a realidade”, oferece importante recurso de análise. Karel Kosik (1926-2003), filósofo checo de tradição marxista, em *A Dialética do Concreto*, analisa a mistificação do conhecimento contemporaneamente, alegando que a realidade – chamada por ele de “coisa em si” – é formada de múltiplos aspectos, e o seu conhecimento, que tem um caráter totalizante, depende da unidade dialética entre aparência e essência dessa realidade (KOSIK, 1976).

O pensamento dialético faz uma distinção entre representação (aparência) e conceito (essência) da “coisa” (realidade); haveria ao mesmo tempo duas formas, ou graus, de conhecimento da realidade, correspondentes às duas qualidades da práxis humana.

A essência não é inerte, mas se manifesta no fenômeno, de modo parcial. O fenômeno (a parte da realidade imediatamente observável) indica algo que não é ele mesmo. A essência, que não se dá diretamente, se manifesta em algo diferente daquilo que é. A atividade do fenômeno é revelar a essência. O mundo fenomênico tem estrutura própria, que pode ser revelada e descrita. Contudo, sua estrutura não capta a relação entre o mundo fenomênico e a essência. Captar o fenômeno de determinada coisa significa indagar e descrever como a “coisa em si” se manifesta naquele fenômeno e, ao mesmo tempo, nele se esconde. Compreender o fenômeno é atingir a essência (KOSIK, 1976, p. 16).

Kosik (1976, p. 14) enfatiza que a primeira atitude do homem frente à realidade não é investigativa ou examinatória, mas um exercício prático-sensível, de onde surgirá imediatamente uma intuição prática da realidade. Em suas palavras, “o indivíduo cria suas próprias representações das coisas (pensamento comum) e elabora um sistema correlativo de noções, que capta e fixa o aspecto fenomênico da realidade”.

A “coisa em si”, de que trata a dialética, não se manifesta imediatamente ao homem, à sua compreensão. De imediato, veem-se as formas fenomênicas da realidade, “a existência real”, diferentes ou mesmo contraditórias com referência à “lei do fenômeno”, isto é, à estrutura da coisa, com seu núcleo interno essencial.

Os fenômenos cotidianos e comuns da existência humana penetram na consciência dos indivíduos com seu aspecto de natural e constituem o mundo da *pseudoconcreticidade*, aspecto fenomênico, visto e considerado a essência da coisa, do qual fazem parte as representações comuns, projeções dos fenômenos externos na consciência do homem. Aí se dá a práxis utilitária do homem – representação e uso das coisas – que o coloca em condições de orientar-se pelo mundo, mas não de compreendê-lo em sua realidade. Nessa práxis unilateral e fragmentária dos indivíduos, forma-se o ambiente material e a atmosfera espiritual, em que se fixa a aparência superficial da realidade. A práxis revolucionária da humanidade, ao

⁸ O termo marxista refere-se ao conjunto da obra e do pensamento de Karl Marx (1818-1883), intelectual alemão. Porém, deve-se registrar que uma vasta produção, inspirada ou baseada nos seus escritos, é desenvolvida, desde sua morte, sendo denominada, também, de marxista.

contrário, busca o “conceito”, a compreensão da “coisa”, somente possível através do conhecimento da estrutura.

A realidade é a unidade do fenômeno e da essência, ao passo que a irrealidade se dá quando uma das dimensões, isoladamente, é considerada a única realidade. Assim, a diferença entre fenômeno e essência não está no fato de serem real ou irreal, mas na forma como se manifestam e como são apreendidos (de forma imediata ou reflexiva). Segundo Kosik, o fenômeno é *pseudoconcreto*, devido à sua existência independente. Ele não é negado enquanto existência e objetividade, mas enquanto fenômeno que se pretende independente, quando, na verdade, é fenômeno derivado. Isso é o que se prova por intermédio do pensamento dialético, que destrói sua pseudoconcreticidade (KOSIK, 1976, p. 21).

Sendo assim, a dialética não toma como algo original e independente o mundo das representações, os produtos fixados e o conjunto do mundo material reificado. Não os aceita sob seu aspecto imediato, submete-os ao exame que comprove seu caráter de fenômeno derivado, como sedimentos e produtos da práxis social da humanidade.

Sobre isso, Karl Marx sustenta que os homens não apreendem diferentemente e imediatamente a realidade, suas conexões, sua estrutura, pois “todas as ciências seriam supérfluas se a forma fenomênica e a essência coincidissem diretamente” e completamente.⁹

Amparado pela teoria marxista, Kosik define a categoria “representação” como “senso comum”, “mundo da aparência”, “práxis utilitária cotidiana”, resultado da reprodução dos fenômenos na mente. A representação, no pensamento dialético, não é uma qualidade natural da “coisa”, da realidade, “é a projeção, na consciência do sujeito, de determinadas condições históricas petrificadas” (KOSIK, 1976, p. 19). Portanto, é contrária ao “conceito”, que é a “coisa em si”, o mundo da realidade.

O pensamento crítico dialético, que se propõe compreender a “coisa em si”, perguntando-se como é possível compreender a realidade, é oposto à sistematização doutrinária e à romantização das representações. O pensamento dialético destrói a *pseudoconcreticidade* ao decompor o todo, o que Kosik denomina a “cisão do único”, ou seja, separação entre fenômeno e essência, distinção entre representação e conceito, para atingir a concreticidade. Por trás da aparência externa do fenômeno se desvela sua lei. “Por trás do movimento visível, o movimento real interno” (KOSIK, 1976, p. 20).

Por conseguinte, o pensamento não pode captar a “coisa em si”, através da sua representação, e sim pela “cisão do único”. Porém, separar o secundário do essencial não significa repelir e excluir o secundário como irreal, uma vez que seu caráter fenomênico é revelado diante da verdade essencial (KOSIK, 1976, p. 18). A Filosofia e a Ciência são úteis, porque buscam descobrir o modo de ser do existente, visto que a essência e a aparência fenomênica não coincidem diretamente.

⁹ Ver a obra de Karl Marx, *O Capital*, III (sec. VII, cap. XL VIII, III).

III

Opondo-se à dominação da Escola Positivista e questionando a excessiva preocupação econômica que marcava a Escola Marxista, naquele período,¹⁰ uma nova tendência da historiografia francesa exprime-se, discretamente, em *A Revista de Síntese*, durante os anos 1920, e mais francamente na *Revista Les Annales*, durante os anos 1930.

Os *Annales*, movimento que incentivava várias inovações no âmbito da metodologia da pesquisa histórica, agrupava diversas matrizes teórico-metodológicas. A “Terceira Geração” dos *Annales*, chamada Nova História ou História Cultural, teve por principal característica o policentrismo e a abertura das fronteiras da História. Como afirma o historiador Peter Burke (1997), a Nova História se caracteriza por não possuir uma concepção homogênea em termos teórico-metodológicos. Essa flexibilidade permite o estudo histórico na área do conhecimento e memória, de sorte que os historiadores culturais vão se preocupar com as “representações” e as “práticas”, os dois aspectos característicos da Nova História, segundo um de seus líderes, Roger Chartier (1990).

Em reação à acelerada mudança cultural que ameaça as identidades, ao separar o que somos do que fomos, vemos um crescente interesse pela história da memória, uma importante forma de Nova História, em expansão, descrita como “memória social” ou “memória cultural” (BURKE, 2005). Estamos no início do século XX e esse movimento, lançado sob a bandeira da “Nova História”, defende que a História inclui qualquer traço ou vestígio das coisas que o homem fez ou pensou, desde o seu surgimento sobre a terra.

A expressão “Nova História Cultural” entrou em uso no final da década de 1980 e se transformou na forma dominante de História praticada hoje. Nela, um aspecto importante é reservado para o estudo das representações, graças ao interesse pelo papel da imaginação, dos elementos oriundos de pinturas, contos populares e rituais. Na perspectiva de Burke, muitas formas de representação (literárias, visuais ou mentais) foram estudadas nas últimas duas ou três décadas. O termo “representação”, um conceito central da Nova História Cultural, parece significar que imagens e textos simplesmente refletem ou imitam a realidade social. Essa alusão causou um desconforto em muitos historiadores, levando-os a pensar e falar em construção ou produção da realidade (BURKE, 2005).

A representação, aqui, dá ênfase às mentalidades, suposições e sentimentos, e é usada em conformidade com a história da memória. Dentre seus teóricos mais importantes estão: Mikhail Bakhtin, Norbert Elias, Michel Foucault e Pierre Bourdieu.

¹⁰ A economia marca o pensamento marxista determinista, mas, a partir da década de 1930, a publicação de obras filosóficas de Marx suscitaram novas incursões sobre essa preocupação econômica.

Pierre Bourdieu¹¹ concebe a “história das representações”, ou, como se tornou comum falar, “construção” ou “produção” da realidade, por meio das representações (BOURDIEU, ano apud BURKE, 2005, p. 84).

Seu pensamento é chamado de “estruturalismo construtivista”¹², ao admitir que existem no mundo social estruturas objetivas, que podem coagir a ação e a representação dos indivíduos, mas que estes, no seu cotidiano, podem transformar ou conservar tais estruturas. Nota-se que ele tenta fugir da dicotomia subjetivismo/objetivismo dentro das Ciências Humanas, argumentando que o momento objetivo e subjetivo das relações sociais estão numa relação dialética, que não é expressa totalmente na realidade que se nos apresenta.

O conceito de *habitus*, desenvolvido por Bourdieu, relaciona-se à capacidade de uma determinada estrutura social ser incorporada pelos agentes, por meio de disposições para sentir, pensar e agir. O *habitus*, constituído pelo poder simbólico,¹³ é o princípio produtor e gerador das representações. Para o autor, as representações são incorporadas como um sinal e uma manifestação do coletivo nos indivíduos, são relevantes para a auto-organização objetivo-subjetiva dos sujeitos, na sua ação prática, já que expressam a sua compreensão partida da observação real (BOURDIEU, 2004).¹⁴

É importante informar que Bourdieu aborda as representações, em diálogo com Durkheim, como formas de classificação social. No entanto, não se limita à gênese das classificações sociais; antes, aprofunda sua análise à relação mantida por essas classificações, com as divisões sociais. O autor compreende que há uma relação de correspondência, alternando a composição das classificações com as posições sociais ocupadas pelos agentes.

¹¹ Pierre Bourdieu (1930-2002), filósofo e sociólogo francês cuja contribuição alcança variadas áreas do conhecimento humano, em especial a Sociológica, onde se dedicou a desvendar os mecanismos da reprodução social que legitimam as formas de dominação. Nesta tarefa, ele desenvolveu conceitos específicos para as análises da sociedade e ao compor suas ideias e conceitos (a exemplo de *campoc*), o autor dialoga com a ideia de esfera, de Max Weber e com o conceito de classe social de Marx. Ainda com Émile Durkheim, ao tratar as representações como formas de classificação social (BOURDIEU, 1989).

¹² Uma das mais importantes questões na obra de Bourdieu se centraliza na análise de como os agentes incorporam a estrutura social, ao mesmo tempo em que a produzem, legitimam e reproduzem.

¹³ O poder simbólico, um conceito da teoria proposta por Bourdieu (1989, p. 14), é “[...] como o poder de constituir o dado pela enunciação, de fazer crer e fazer ver, de confirmar ou de transformar a visão de mundo e, deste modo, a ação sobre o mundo: poder quase mágico que permite obter o equivalente daquilo que é obtido pela força .

¹⁴ Na teoria proposta por Pierre Bourdieu (2004, p. 337-361), campo é um conceito que representa um espaço simbólico, no qual as lutas dos agentes determinam, validam, legitimam as representações. Surge da necessidade de relacionar o lugar da produção social com o lugar da produção simbólica.

IV

De todas as contribuições citadas neste estudo, uma merece destaque no que tange ao desenvolvimento da pesquisa histórica que tem como fonte a memória, enquanto possibilidade de reconstrução do passado: o pensamento dialético presente na obra de Karel Kosik, seu entendimento e o uso do conceito “representação”. O método dialético tem muito a contribuir, sobretudo por estar baseado no movimento global do conhecimento, que parte do empírico, de um problema que precisa ser resolvido, para alcançar a sua dimensão epistêmica e, em seguida, retornar ao objeto, que será percebido de outra forma. Pelas suas qualidades metodológicas, o Materialismo-dialético permite compreender amplamente a realidade do objeto investigado, posto que ajuda a pensá-lo por meios das seguintes categorias de análise: forma e conteúdo, essência e aparência, parte e todo, “coisa em si” e “representação”. Como essas dimensões se movimentam entre si, o pesquisador deverá descobrir como elas se relacionam, se combinam e se contradizem.

A história de um conceito não se refere ao seu aperfeiçoamento, progresso ou desenvolvimento, como se fosse possível alcançar uma teleologia única e singular capaz de defini-lo. Refere-se mais exatamente aos seus muitos usos, definidos pelos seus muitos sentidos que assume, em variados campos teóricos em que se faz presente.

Ao se historicizar um conceito, ainda que seja buscado o momento em que ele foi cunhado, deve-se compreender que o fenômeno que ele representa não tem origem, necessariamente, nesse mesmo instante. Os conceitos são formulados para representar fenômenos, geralmente, anteriores à sua formulação. No caso do presente estudo, o conceito “representação” não está descrito desde seu surgimento enquanto palavra, nem tampouco foi exaurida toda sua trajetória de usos e significados, mesmo porque o propósito desta pesquisa não se inscreveu nessa pretensão.

Analisou-se o percurso do conceito, a fim de conhecer os níveis em que este foi colocado, os significados que lhe foram atribuídos, as dimensões de saber que foram representadas por ele, nas obras de alguns autores entre os séculos XIX e XX. Tais noções só nos são possíveis, quando compreendemos suas composições, formas de análise e interpretação.

OLIVEIRA, Edileusa Santos ; CASIMIRO, Ana Palmira Bittencourt Santos. Re-presenting the faces of a word: brief study about the concept or representation. *Educação em Revista*, Marília, v. 11, n.1, p. 53-64, Jan.-Jun. 2010.

ABSTRACT. This text presents a study of the concept of “representation”, which was historicized in order to understand, not the moment that it was coined, but its course in the works of some authors, who wrote about knowledge and/or memory, as possibilities of past reconstruction. The ones who have written from a Positivism, Dialectic-materialism, and New Cultural History perspective, between XIX and XX centuries. The purpose of this article is to get acquainted with the levels, meanings and dimensions of knowledge that were represented by him.

KEYWORDS: Representation. Memory. Knowledge.

REFERÊNCIAS

- BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Lisboa: Difel, 1989.
- _____. Estrutura, habitus e prática. In: _____. **A economia das trocas simbólicas**. 5. ed. São Paulo: Perspectiva, 2004. p. 337-361.
- BURKE, Peter. **A Escola dos Annales (1929-1989): a Revolução Francesa da historiografia**. São Paulo: UNESP, 1997.
- _____. **O que é história cultural?** Rio de Janeiro: Zahar, 2005.
- CHARTIER, Roger. **A história cultural: entre práticas e representações**. Lisboa: Difel, 1990.
- COMTE, Augusto. **Curso de filosofia positiva**. São Paulo: Abril Cultural, 1983. (Coleção Os pensadores).
- DURKHEIM, Émile. **As Regras do Método Sociológico**. São Paulo: Abril Cultural, 1983. (Os pensadores).
- _____. **Sociologia e filosofia**. São Paulo: Ícone, 1994.
- HUME, David. **Tratado da natureza humana**. São Paulo: UNESP, 2001.
- KANT, Immanuel. **A crítica da razão pura**. São Paulo: Nova Cultural, 1996.
- KOSIK, Karel. **A dialética do concreto**. Petrópolis: Paz e Terra, 1976.
- LOCKE, John. **Ensaio sobre o entendimento humano**. São Paulo: Abril Cultural, 1978. (Os Pensadores).
- MARX, Karl. **O Capital**. São Paulo: Abril Cultural, 1983.
- MOSCOVICI, Serge. **Representações sociais: investigações em psicologia social**. Rio de Janeiro: Vozes, 2003.